

# historia: fronteiras



**Vol. I**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)



Volume I

# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

# NA ESTEIRA DAS FRONTEIRAS: VALORES E CONFLITOS NOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

---

Davi Félix Schreiner  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

## À GUIA DE INTRODUÇÃO

**A**luta pela terra, acompanhada de diferentes formas de violência, permeia não só a ocupação e a colonização do estado do Paraná, mas também o passado recente e o cotidiano presente. Durante o primeiro semestre de 1999, a violência recrudesciu no estado. O governo, pressionado pela UDR e com o apoio da bancada ruralista formada por deputados estaduais e federais, através da Secretaria de Segurança Pública, despejou trabalhadores sem-terra de áreas ocupadas em todo o estado. Na região noroeste, no início do mês de maio, uma grande operação policial foi montada com mais de dois mil policiais, Grupo de Operações Especiais (GOE), cães, helicópteros e cerca de cem viaturas. Estradas foram fechadas, jornalistas foram impedidos de entrar nos acampamentos para registrar os acontecimentos, barracos foram destruídos e queimados.

Geraldo José dos Santos, 84 anos, relata que, no dia 21 de maio, na fazenda Cobrinco, pertencente ao Grupo Bradesco, no município de Monte Castelo, o despejo começou durante a madrugada fria. Ele e seus companheiros foram algemados e obrigados a permanecer deitados no chão molhado por cerca de 04 horas. Foram interrogados, identificados e sofreram violências físicas<sup>1</sup>. Situação semelhante já havia ocorrido na manhã do dia 29 de abril, no município de Ortigueira. Cerca de 30 policiais fortemente armados chegaram à fazenda Santa Maria e começa-

ram a ameaçar os ocupantes, querendo saber quem eram as lideranças. Não obtiveram a informação. Resolveram, então, torturar três trabalhadores. Atrás da casa-sede da fazenda havia grandes tanques de cimento que serviam de bebedouros. Lá os policiais os submeteram à tortura por afixia, desferiram-lhes pontapés e golpes de cassetete. A tortura durou cerca de duas horas e meia<sup>2</sup>. Em seguida, levados para a delegacia de polícia, os torturados e três outros sem-terra foram autuados em flagrante por formação de quadrilha, cárcere privado e esbulho possessório.

No seu conjunto, os relatos de homens, mulheres e crianças despejados, trazem à tona a barbárie da ação policial, transgredindo as fronteiras do humano, além de evidenciarem a estratégia de violência como forma de destruir a organização do Movimento Sem-Terra no Paraná. A tortura, a identificação dos trabalhadores através de filmagens e fotografias, a criminalização dos sem-terra e de seus líderes, adjetivando-os nos meios de comunicação em rede nacional como bandidos, invasores, vagabundos, fazem parte desta estratégia que, entre janeiro e junho de 1999, levou 41 trabalhadores rurais à prisão no Estado.

624

Na contramão destas práticas, para pressionar o governo a fazer desapropriações de áreas e assentar cerca de nove mil famílias, o MST articulou grupos de sem-terra de todas as regiões de acamparam, no dia 06 de junho, em Curitiba, na praça do Centro Cívico, em frente ao palácio do governo<sup>3</sup>. A exemplo deste acampamento, como forma de demarcar fronteiras no terreno movediço da luta pela terra e permanência nela, desde fins da década de 70, os sem-terra, ao se identificarem numa condição excludente e ao questioná-la, têm compartilhado objetivos e criado novas práticas políticas, dirigindo-as ao Estado contra os processos de exclusão sociais historicamente presentes no campo brasileiro.

Este texto tem por objetivo abordar a (re)criação de fronteiras<sup>4</sup> neste processo de luta pela reforma agrária e na organização interna dos assentamentos rurais no Paraná. No que se refere à organização interna dos assentamentos, a análise privilegiará o Assentamento Vitória, localizado no município de Lindoeste, com 152 famílias assentadas. Com esta opção, não pretendo afirmar

a homogeneidade de situações entre os assentamentos, mas que estes se revelam em espaços e tempos diferenciados, tanto acerca do presente quanto dos seus momentos instituintes em situações do passado, embora, articulados às práticas de mediadores e imbricados em uma formação econômico-social mais ampla<sup>5</sup>.

Na medida em que, nas 45 entrevistas que realizei, há recorrências na fala dos assentados e suas experiências nos fornecem evidências bastante elucidativas sobre o seu universo sócio-cultural, sobre a vida cotidiana no acampamento e assentamento, bem como sobre as condições históricas e sociais que os levaram, em fins da década de 70, à prática da ocupação de terras, elas – as recorrências – serão o ponto de partida da reflexão.

#### DAS FRONTEIRAS DOS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO À OCUPAÇÃO

Antônio Ribas desde 1978 atuava junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT, tornando-se em 1982 presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São João. Conta ele que, naqueles anos, os camponeses viviam situações limite:

O banco tomando a terra porque não conseguiam pagar e aí se viu que alguma coisa estava errada, começaram a se questionar. (...). Tinha o que comer porque a gente trabalhava. Você via que alguém estava metendo a mão no nosso bolso. E com isso nós começamos discutir como fazer. A gente trabalhava e pagava a metade de renda pro patrão, então como nós íamos chegar à terra? Aí um grupo, de início não mais do que doze ou treze, no Sudoeste, ligadas aos Sindicatos mais autênticos e a CPT, começaram a discussão. Até que a um ponto chegamos, temos que fazer alguma coisa, temos que ocupar. No início falava ocupar, mas (...) o que vai acontecer conosco? Era o primeiro passo que a gente ia dar, não se sabia se no final ia morrer todo mundo. Até que chegamos na primeira ocupação<sup>6</sup>.

A história de vida de Antônio Ribas, para além da organização da resistência, revela um amálgama entre terra e vida e que se revela na expropriação em que surge a concentração fundiária e as diferentes formas de violência. A terra, ao assegurar a sobrevivência dos camponeses, situa-os socialmente. Ao lhes ser negada a posse da terra, são excluídos socialmente e marginalizados. Constitui-se aí uma população “sobrante”, para a qual não

existe lugar estável de trabalho, apenas uma inserção excludente. No campo, esta população é absorvida como assalariados, bóias-frias, arrendatários e, na urbe, pela economia informal.

Esta trama envolveu, nas últimas décadas, no Paraná, milhares de famílias vítimas de processos de expropriação, da modernização da agricultura, dos altos juros sobre os financiamentos agrícolas e das ações da geopolítica desenvolvimentista do Estado autoritário, entre as quais, a construção de usinas hidrelétricas. Só a Usina de Itaipu levou à desapropriação de 6.263 famílias – 42.444 pessoas, das quais 38.445 da área rural<sup>7</sup>. Estes processos redefiniram o espaço rural, readaptando-o aos interesses hegemônicos da expansão do capital. Nos anos 50, a estrutura agrária, que até então se caracterizava pelas grandes propriedades, começou a ser alterada pela atuação do Estado e de companhias particulares que reorientaram seus interesses para a colonização, sobretudo nas regiões Oeste e Sudoeste, o que resultou num aumento significativo das unidades familiares. Porém, já em fins dos anos 60, iniciou-se uma reconcentração fundiária reduzindo drasticamente, nas décadas seguintes, o número das propriedades com menos de 100 hectares. Em 1970 as propriedades com menos de 100 ha totalizavam 96,7%, em 1995, somavam apenas de 38,9%<sup>8</sup>.

Neste contexto, os camponeses, não querendo empreender nova migração (alternativa adotada por várias gerações como forma de realizar o mito da terra prometida e manter seu modo de ser), especialmente após inúmeras experiências frustradas em projetos de colonização no Norte e Centro-Oeste do país, e não confiando mais nas promessas do INCRA, tomam iniciativas próprias de se reunirem, ora em alguma de suas casas, outras vezes no sindicato, na comunidade, na igreja. A socialização política nestes espaços levou-os a se insurgirem como sujeitos coletivos.

Com o apoio da CPT e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os expropriados da Itaipu, em 1978, organizaram-se no Movimento Justiça e Terra. Três anos mais tarde, surgiu o MASTRO, movimento dos agricultores sem-terra do Oeste do Paraná. A partilha destas experiências com as de 15 outros Estados resultou, em 1984, em Cascavel, na formação do MST. A partir de

então, para além da luta pela posse da terra que caracterizou a luta dos posseiros contra os *grileiros* entre as décadas de 40 e 60, como na Revolta de Porecatu e na revolta dos Colonos do Sudoeste do Estado, o objetivo passa a ser a luta pela reforma agrária através de acampamentos e ocupações de áreas improdutivas.

No intuito de se interpor nessa luta, os fazendeiros criaram, em 1986, subsidiados pela TFP – Tradição, Família e Propriedade, a UDR – União Democrática Ruralista. À época, a TFP encomendou pareceres jurídicos e os publicou em jornais de circulação no Estado<sup>9</sup>, orientando os fazendeiros sobre como reagir às ocupações. A UDR e a TFP têm instigado os fazendeiros à reação armada e à contestação na justiça de todo e qualquer ato do governo no tocante à desapropriação de terras para assentamentos rurais. Os fazendeiros, através contratação de milícias ou aliando-se à polícia, assassinaram 41 trabalhadores(as) desde 1980<sup>10</sup>. Não obstante a violência, diante das interposições criadas pelos setores conservadores à execução do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária e com os retrocessos na Constituinte de 1988, a estratégia de ocupação foi reafirmada na prática pelo MST como forma de luta pela reforma agrária.

Nesta esteira, milhares de colonos que haviam migrado, entre 1940 e 1970, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para a fronteira Oeste do Paraná, denominada à época de “fronteira agrícola”, procuraram conquistar a propriedade da terra. Entretanto, uma análise da condição anterior dos ocupantes revela que esse objetivo não se havia concretizado. A título de exemplo, das 152 famílias, de seis acampamentos do Oeste e do Sudoeste do Estado que ocuparam, em agosto de 1986, o latifúndio Vitória da Cielito S/A – Administração e Empreendimentos, 94 famílias eram arrendatárias, 14 eram meeiras, 12 trabalhavam nas propriedades dos pais, e 32 eram posseiras<sup>11</sup>.

Em suma, desde fins da década de 70, numa trama de indeterminações e conflitos, a luta pela terra no Paraná se espacializou e territorializou, sendo decisiva para o assentamento de 12.421 famílias em 172 projetos: 05 são projetos de colonização com 330 famílias, 16 são reassentamentos de Usinas Hidrelétricas com 1.272 famílias, 07 são projetos do governo estadual

com 227 famílias, e 144 são de reforma agrária com 10.592 famílias<sup>12</sup>. A tessitura desta luta revela que a fronteira agrícola no Estado não estava esgotada. O que havia e ainda há, é uma gritante concentração e especulação fundiária, o que evidencia a distorção da função social da terra. Portanto, quanto à questão agrária, trata-se sobretudo de uma questão política<sup>13</sup>. A ação da ocupação e o assentamento espelham bem esta dimensão: rompendo com as cercas do latifúndio, os sem-terra destróem o símbolo mais visível da fronteira entre a posse da terra para o trabalho e a terra de negócio e, com o assentamento, passam a construir na *práxis* da vida cotidiana, novas experiências de organização nas diversas atividades. Assim, embora os números da reforma agrária ainda sejam insuficientes para alterar a estrutura agrária, a luta pela terra vem redefinindo as fronteiras agrícolas no Estado do Paraná.

Diante deste enredo, cabe perguntar qual é o significado que, para os camponeses, assume a conquista da terra. Seria o de realizar a utopia camponesa de liberdade e autonomia? Na medida em que, como afirma Thompson, “os valores, tanto quanto as necessidades materiais são sempre um terreno de ‘contradições’, de luta, entre outros valores e visões-de-vida alternativos”<sup>14</sup>, esta perspectiva tem gerado conflitos nos assentamentos diante das formas modelares de organização dos mediadores? Estas questões nos remetem às experiências cotidianas dos assentados e aos significados que estes atribuem ao movimento de suas práticas nos processos de organização dos assentamentos.

#### EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS: DO VIVIDO NO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO

Atualmente, no projeto Vitória, os assentados cultivam individualmente os lotes, estão organizados em 04 comunidades e sua renda familiar varia entre 02 e 04 salários mínimos mensais. Contudo, o assentado Dalmiro conta que, para sua família e todos os seus companheiros, no tempo da ocupação e nos primeiros anos de Assentamento, as coisas foram muito difíceis e de indeterminações. Entrecruzando experiências entre si e com os mediadores, passaram a organizar e apropriar o espaço, criando e recriando um conjunto de práticas e interesses que foram vivenciados de forma diversificada e nem sempre envolveram a

totalidade das famílias. Procuraram dar continuidade ao que tinham discutido no acampamento. No tempo de acampamento, como rememoram os assentados, a vida cotidiana era de privações, mas também era permeada por fortes laços comunitários. Todos - homens, mulheres e crianças – envolviam-se em alguma atividade e participavam das assembléias diárias. Como rememora o assentado Breno Stast,

Dentro do acampamento, você está em constante movimento, está se preparando, o povo se envolve em alguma comissão e (...), tem o grupo de família, que é pela comunidade. As condições de vida são muito difíceis, você se anima pela esperança que tem. (...). Eu acho que o momento principal é quando você tem que se mobilizar contra seus inimigos, quando tem ameaça de despejo<sup>15</sup>.

Assim, a vida cotidiana no acampamento revela movimentos de sujeitos reais com utopias e angústias. A proximidade das barracas e a ocupação massiva do espaço geram interação de tal forma que a vida privada e pública se confundem intensamente. Não raros são os casos em que numa mesma barraca convive mais de uma família. Nas discussões, na elaboração de estratégias de enfrentamento com o Estado, por meio de negociações com as agências que o representam e no confronto com a polícia, com os pistoleiros e a UDR, a identidade do grupo e, não raras vezes, a percepção crítica em torno da possibilidade de ocupar a terra e organizar formas de produção alternativas à individual, se fortalecem.

Antônio Ribas conta que o acampamento foi um tempo de “aprendizado muito bom”. As lideranças e os coordenadores dos acampamentos falavam em formas alternativas de organização em assembléias nos acampamentos e em reuniões dos Sindicatos e da CPT, porém não havia uma proposta concreta de como viabilizá-la após a conquista da terra. Pensavam em “alguma coisa mais coletiva, não se tinha bem detalhado, mas se pensava em associação (...), comprar máquinas em conjunto, trilhadeira, trator”<sup>16</sup>.

Mesmo assim, no primeiro ano do projeto Vitória, os assentados formaram 20 grupos menores para que cada qual cultivasse coletivamente a terra, enquanto isso discutiam a possibilidade

de organizarem uma agrovila. No entanto, assim que o INCRA expediu a imissão de posse, as famílias ocuparam os lotes. Começava aí um processo de individualização: a homogeneização forjada no acampamento na identidade de serem sem-terra, para parte dos assentados, cedeu lugar à condição de “proprietário” e diferenças sócio-culturais e políticas (re)apareceram.

Embora as recorrências dos assentados às experiências passadas apontem o relevo acidentado, a distância para os locais de trabalho e a falta de planejamento como dificuldades que impediram a organização coletiva em agrovila, o desejo da posse individual e a liberdade de cultivar a terra com o seu “jeito de fazer as coisas”, são as evidências mais fortes nas entrevistas. Breno Stast diz que tinha convicção na idéia que o levou ao acampamento: “prá ganhá terra, não pensava em outra coisa”<sup>17</sup>.

Nesta direção, uma pesquisa do DataFolha, de 1996, constatou que 75% dos sem-terra preferem a posse individual da terra, 19% a propriedade coletiva e 6% não opinaram. Quanto à produção, 53% preferem o sistema individual e 43%, o coletivo<sup>18</sup>. A organização com posse da terra e trabalho individual prevalece na maioria dos assentamentos do Paraná. Apenas três são totalmente coletivos. Para a maioria dos assentados entrevistados do projeto Vitória, caso tivessem optado pela agrovila, ficariam como antigamente, como empregados, mandados. Assim, preferiram a posse individual dos lotes. Santo Godoi diz que, em agrovila,

(...) o cara tá morando em sitiozinho tudo amontoado, não podia criar uma galinha, um porco, misturava com o do vizinho. Parti para associação, porque daí o recurso ficava em conjunto, já tinha mais espaço no lote pra trabalhar. Essa idéia de morar junto, ficar que nem antigamente, trabalhando de empregado, mandado, preso. Não concordei<sup>19</sup>.

Ou seja, os camponeses têm uma percepção própria de como superar as fronteiras de sua condição social de arrendatários, meeiros, posseiros. Para a maioria, o projeto é o da posse individual da terra e autonomia sobre o seu tempo. No entanto, essa utopia tem se defrontado tanto com as dificuldades impostas à produção familiar, quanto com as formas modelares apresentadas pelos mediadores, especialmente quando introduzidas sem

uma discussão mais consistente nas bases. Para a maioria dos assentados, as formas modelares dos mediadores representam limites à realização de sua utopia, o que revela o acampamento e assentamento como espaços de conflitos de idéias e práticas. Portanto, espaços políticos.

No que se refere à CPT, com certa segurança, a partir de sua linguagem político-religiosa, é possível afirmar que sua interação com os colonos circunscreve-se com maior ênfase à realização da utopia de comunidade e autonomia camponesa. Nos textos formativos, construídos no método ver-julgar-agir, sua linguagem une o direito à mística religiosa da teologia da libertação e as bandeiras de luta do Movimento Sem-Terra, recriando o mito da terra prometida. A título de exemplo, no roteiro, *Nós conquistaremos a terra*, a migração do povo hebreu, através do deserto, é reinterpretada:

Eu vi a aflição do meu povo, vi a sua dor, o sofrimento no Egito (acampamento) e ouvi os seus clamores por causa dos opressores (latifundiários, polícias... (...)). E desci para tirar este 'meu povo' das mãos dos egípcios (ricos, burgueses) para conduzi-los a uma terra boa e espaçosa, uma terra onde tenha muita fartura. (conforme Exôdo 3,7-8)<sup>20</sup>.

631

Portanto, por meio das representações religiosas, estabeleceu-se um vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, sendo a experiência de acampamento interpretada como necessária para o fortalecimento da resistência na busca da terra prometida - o assentamento. Assim, na discussão dos textos da CPT, os colonos reconheceram-se vítimas do capitalismo, questionaram o direito e a política agrícola, partindo para práticas contra a expansão do capitalismo no campo. Também os cantos (os que denunciavam a concentração fundiária e os de estímulo à resistência), a cruz (que passou a ser mais utilizada a partir da 1ª Romaria da Terra, realizada em 1985, no município de Guaíra) e a bandeira do MST, foram símbolos e instrumentos no cotidiano destes sujeitos em luta. Amalgamados, estes símbolos reforçam os laços de solidariedade, tornando o cotidiano presente potencialidade do futuro.

Entretanto, se os mediadores na sua intervenção têm contribuído para a mobilização política, para uma cultura de movimento, que no seu “fazer-se” tem operado vigorosamente na produção de visões futuras, designadamente na projeção de sonhos coletivos, também é verdade que suas ações revelam um esforço para a elaboração de propostas politizadas que estão para além da conquista da terra. O Caderno de Formação nº 09 do MST, *Terra não se ganha, se conquista*, é um dos documentos mais significativos deste esforço. Nele, não obstante a posse da terra e o trabalho individual figura nas formas de organização para os assentamentos, o coletivo aparece como a alternativa mais adequada.

Ao enfatizar a organização coletiva, o MST, de um lado, indica que a *práxis* não se resume à questão legal ou deve estar determinada por ela. A *práxis* deve se realizar num exercício de todos. É uma pedagogia que valoriza o aprendizado na experiência. De outro lado, a proposta coletiva traz implícito um objetivo de dupla dimensão: a eficácia econômica (com o aumento da produtividade e a inserção lucrativa no mercado) e a eficácia política (com a gestão democrática).

632

Nestes termos ou nos do Estado a partir de 1989, em inúmeros assentamentos no Paraná a organização coletiva foi experimentada, o que não evitou problemas. A imposição do INCRA, condicionando a liberação de recursos do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária) à formação de associações, é um exemplo. Essa exigência foi imposta antes da existência, na base, de uma organização e clareza de como implementar um projeto coletivo. Neste contexto, os assentados da Vitória passaram a organizar associações como forma de liberar recursos para comprar implementos agrícolas, sem se preocupar como iriam trabalhar, se tinham confiança e amizade entre si. Não demorou muito para surgirem conflitos nos grupos, o que levou ao abandono parcial da experiência.

A partir de 1993, os grupos são reorganizados, surgindo um grupo coletivo, três semicoletivos e várias associações. As oito famílias do projeto coletivo pretendiam gradativamente coletivizar a terra e o trabalho. Contudo, mesmo apontando inúmeras vantagens da iniciativa, após 03 anos, abandonaram-na. Quanto

às associações (que reúnem famílias interessadas em otimizar a capacidade produtiva aglutinando capital para a aquisição de máquinas, ou constituída para viabilizar a filiação na cooperativa), e os grupos semicoletivos (que desenvolvem atividades econômicas em conjunto, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo), congregam, hoje, 122 famílias filiadas à cooperativa, que possui um frigorífico e uma fábrica de ração<sup>21</sup>.

Sobre estas experiências de organização, cabe destacar duas questões. A primeira, que elas constituem uma rica dinâmica participativa de homens e mulheres, através da criação de espaços de produção, de fortalecimento dos laços de vizinhança e de exercício de práticas políticas coletivas democráticas, nas quais os assentados tendem a se auto-reconhecer como sujeitos políticos. Assim, não obstante a individualização que ocorreu com a conquista da terra, a maioria dos assentados mantém a identidade política de serem sem-terra fortemente amalgamada à nova condição. A bandeira do MST (colocada por muitos assentados em local bem visível aos olhos de quem chega à sua casa), as novas formas de solidariedade, como a contribuição de 2% da produção para o MST e a coleta de alimentos entre os assentados para acampados, para a continuidade da luta pela reforma agrária, evidenciam essa identidade.

A segunda, que o desenvolvimento de formas associativas tem levado à melhoria das condições de vida e que o sucesso destas depende em muito da identificação e confiança entre os assentados. Para parte das famílias, o modo de ser, o jeito de trabalhar, são elementos importantes para a identificação e organização de grupos, o que leva à exclusão de outras. Isto mostra que, se no assentamento, enquanto espaço da produção da vida, afloram novas formas de solidariedade, também evidencia-se a heterogeneidade permeada pelas relações de poder e os conflitos em torno de hábitos e valores. Neste terreno movediço da cotidianidade marcada pela ressocialização, pelas continuidades e descontinuidades de valores e tempos históricos<sup>22</sup>, é que as diversas experiências estão sendo reinventadas pelos assentados no próprio processo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a luta pela reforma agrária e pela permanência na terra, no Paraná, constituiu-se como um processo de redefinição de fronteiras espaciais, sócio-políticas e das complexidades do humano, fortemente inscritas e denunciadas pelo vivido. O cotidiano presente revela fronteiras abertas pelos diferentes sujeitos sociais em luta. De um lado, na medida em que a reforma agrária está sendo proposta e exigida de baixo para cima, e não o contrário, como deseja o governo do Estado, a polícia militar é mobilizada para os despejos e suas ações arbitrárias e violentas são respaldadas pelo Judiciário. Quando a polícia militar não é mobilizada, atuam impunemente as milícias dos fazendeiros. Deste modo, nesta articulação para práticas contra a reforma agrária, as fronteiras entre o público e o privado, o legal e o extralegal, o institucional e o paralelo, movem-se pendularmente, indicando a utilização do público, do Judiciário, do aparato policial, em favor dos interesses privados.

634

De outro lado, os sem-terra articulados no MST e assessora-dos pela CPT, têm atuado no campo institucional exigindo assentamento e crédito para poderem produzir. Ao mesmo tempo, sabendo dos limites interpostos à realização da reforma agrária pela conjugação de interesses dos latifundiários e do poder público, desenvolvem diversas ações no campo e na cidade para fazerem avançar a luta. Neste fazer-se, assentados, MST, CPT, na *práxis*, têm procurado romper as investidas do capital, com projetos de organização da produção e de convívio mais humano. Nestes projetos, a solidariedade engendrada na resistência organizada e transformadora, revela que o assentamento, para além de uma fração do território conquistado, representa a possibilidade de novas conquistas para os assentados e amplia para o MST a potencialidade de espacialização e territorialização. Assim, na esteira das fronteiras, a luta pela terra vem reordenando o vivido com a inclusão social de sujeitos que se insurgem em movimento contra as cercas da exclusão social.

## NOTAS

<sup>1</sup>SANTOS, Geraldo José dos. *Relato*. MST/PR, maio de 1999.

<sup>2</sup>BORDIGNON, Valdecir. *Relato*. MST/PR, maio de 1999.

<sup>3</sup>No momento em que finalizava este artigo, já haviam corrido dois meses e, não obstante as ameaças de despejo, o acampamento estava sendo mantido diante dos tímidos avanços nas negociações com o governo.

<sup>4</sup>Sobre a noção de fronteira ver MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.

<sup>5</sup>Sobre assentamentos rurais consultar FERRANTE, Vera Lúcia B. "A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais". In *Universidade e sociedade*, vol. 02, nº 04, pp. 105-112, dez. 1992. Sobre a noção formação econômico-social ver MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.

<sup>6</sup>RIBAS, Antônio. *Entrevista*. Lindoeste, Assentamento Verdum, 20 de fevereiro de 1999.

<sup>7</sup>Entre os expropriados pequenos proprietários, povos indígenas e 623 famílias de posseiros. Com o término da construção da Usina cerca de 35.000 operários ficaram sem trabalho. Cf. Cadernos de Justiça e Paz nº 5/*Violência e organização popular*. Curitiba, CPJP do Paraná, 1983.

<sup>8</sup>IBGE. *Evolução da estrutura agrária no Paraná - 1970 e 1995*.

<sup>9</sup>Matéria publicada no dia 10 de agosto de 1986, nos jornais *Folha de Londrina e O Estado do Paraná*.

<sup>10</sup>Na década de 90 a CPT registrou 55 ameaças de morte e 49 tentativas de assassinatos de trabalhadores. (Banco de dados - CPT/Pr, 1999).

<sup>11</sup>Cf. levantamento que realizamos através dos cadastros individuais de *Identificação e classificação de candidatos a parceiros*. INCRA/PA Vitória, aplicados em junho de 1987.

<sup>12</sup>A classificação dos projetos resultou do confronto entre os dados do INCRA e do MST. No país, segundo o INCRA, em setembro de 1998, o número de famílias assentadas era de 359.509.

<sup>13</sup>Ver MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1991.

<sup>14</sup>MARTINS, José de Souza. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>15</sup>STAST, Breno. *Entrevista*. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10 de março de 1999.

<sup>16</sup>RIBAS, Antônio. *Entrevista*. Lindoeste, Assentamento Verdum, 20 de fevereiro de 1999.

<sup>17</sup>STAST, *Entrevista. op. cit.*

<sup>18</sup>Foram entrevistadas 578 pessoas maiores de 16 anos, no Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Cf. Folha de São Paulo. *Acampado rejeita ideal socialista*, 30 de junho de 1996.

<sup>19</sup>GODOI, Santo. *Entrevista*. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05 de abril de 1999.

<sup>20</sup>MASTES. *Nós conquistaremos a terra*. Roteiro para reuniões. Francisco Beltrão, Assesoar, 1986.

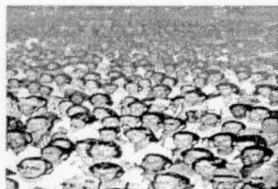
<sup>21</sup>A COARA possui 26 núcleos de produção associados com 232 famílias de seis assentamentos da região Oeste. Cf. dados da COARA, abril de 1999.

<sup>22</sup>Ver LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Ediciones Península, 1978.

# Índice das Fotografias



capa - Foto de Juca Martins. Favela Ordem e Progresso. Jornal *O Movimento*;



capa - Foto de Miguel Portela. Jornal *Meio Dia*;



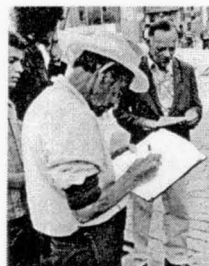
capa - Filho de um posseiro, Conceição do Araguaia, Foto de Murilo Carvalho. Jornal *O Movimento*.



pág 1 - Foto de Nani Gois. Jornal *O Movimento*.



pág. 9 - Brasilândia. Foto de André Cservenka. Jornal *O Movimento*.



pág. 15 - Movimento do Custo de vida. Foto de Paulo Barbosa. Jornal *O Movimento*.



pág. 259 - Manifestação do custo de vida. Praça da Sé, 27/08/1978. Foto de Sandra Adams. Jornal *O Movimento*.



pág. 583 - Manifestação estudantil 18/05/1978, Salvador, Bahia. Foto de Milton Mendes Filho. Jornal *O Movimento*.



pág. 781 - Retrato do Brasil, editorial paulista. Foto de autor não identificado. Jornal *O Movimento*.

*Título* *História: Fronteiras*  
*Projeto Gráfico e de Capa* Joceley Vieira de Souza  
*Diagramação/Editoração* Joceley Vieira de Souza  
*Pesquisa Iconográfica* Joceley Vieira de Souza  
*Formato* 150 x 210mm  
*Mancha* 100 x 175mm  
*Fontes Utilizadas* Clarendon, Tempgot, ZapfEllipt BT.  
*Papel* Pólen Soft 70g/m<sup>2</sup> (miolo)  
Supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)  
*Impressão da capa* Quadricromia com laminação fosca  
*Impressão/Acabamento* Bartira Gráfica e Editora  
*Nº de páginas* 1272  
*Tiragem* 1700 exemplares









**ANPUH**

*Humanitas*  
FFLCH/USP

Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH • Florianópolis, julho 1999

# historia: fronteiras

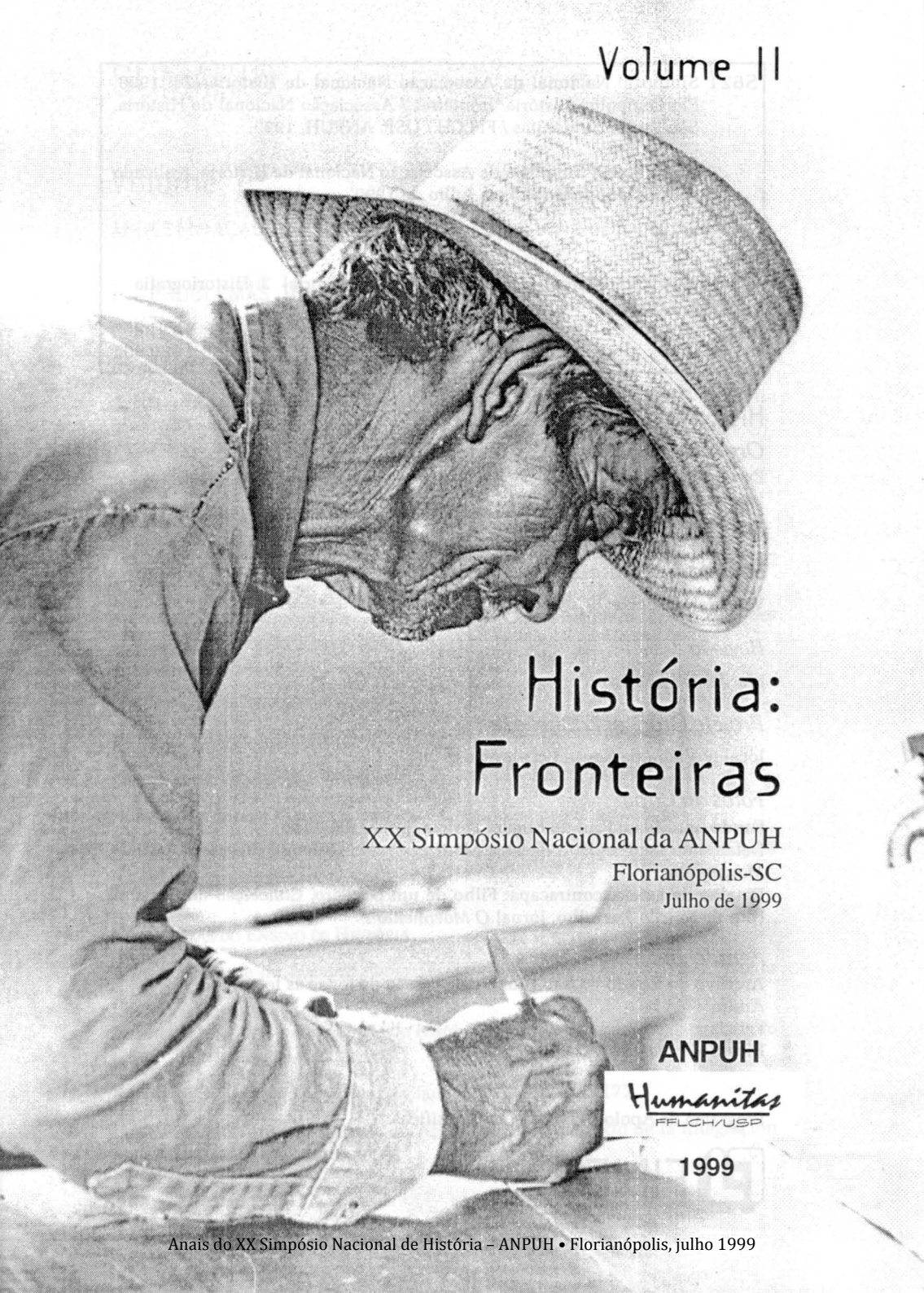


**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iloki  
(organizadoras)



Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

S621 Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras / Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História, realizado em Florianópolis (SC) em Julho de 1999.

ISBN

1. História (Estudo e Ensino) 2. História (Teoria) 3. Historiografia  
I. Associação Nacional de História II. Título

CDD 907  
060.907

## História: Fronteiras

### *Organizadoras*

Eunice Nodari

Joana Maria Pedro

Zilda Márcia Gricoli Iokoi

### *Secretaria Administrativa da ANPUH*

Vanessa Delatorre

### *Revisão*

Marilena Vizentin

### *Projeto Gráfico/ Editoração*

Joceley Vieira de Souza (joceley@usp.br)

### *Fotos da Capa*

Fundo, multidão: Foto de Miguel Portela. *Jornal Meio Dia*;

Detalhe da família: Foto de Juca Martins. *Favela Ordem e Progresso*. *Jornal O Movimento*;

Detalhe da janela, contracapa: Filho de um posseiro, Conceição do Araguaia, Foto de Murilo Carvalho. *Jornal O Movimento* .

### *Agradecimentos*

Arquivo do Estado de São Paulo, pela cessão de todas as fotos.

André

Letícia

Ricardo Fernandes

Programa de Apoio a Publicações Científicas:



# SUMÁRIO

## Volume I

APRESENTAÇÃO.....11

### I - PROBLEMAS TEÓRICOS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Conferências:

*Fronteiras da História* – Lana Lage da Gama Lima.....17

*A História da Ciência e as Fronteiras do Conhecimento* – Maria Amélia Mascarenhas Dantes.....41

#### A – NATUREZA HISTÓRICA EM TUCÍDIDES

*Leões Alados e Círculos Triangulares* – Francisco Murari Pires.....53

*Tucídides e Édipo em um mundo investigante: as fronteiras do método* – Francisco Marshall.....73

*A Concepção de Natureza na Guerra dos Peloponésios e Atenienses, de Tucídides* – Anderson Zalewski Vargas.....83

#### B – FRONTEIRAS INTERDISCIPLINARES

*Trabalhadores, transformação e conflito* – Marcelo Badaró Mattos.....99

*Anarquismo, amizade e sociabilidade libertária* – Edson Passetti.....117

*Análise Histórica e Teoria Econômica* – Geraldo de Beauclair.....127

*Da Contingência Histórica à Regularidade Sociológica: algumas considerações* – Sônia Regina de Mendonça.....137

#### C – DILEMAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

*A Especificidade da História como Disciplina Escolar* – Serlei Maria Fischer Ranzi.....153

*Ensino de História e pulverização da História enquanto conhecimento construído* – Carlos Eduardo dos Reis.....163

*Ensino de História no Mercosul* – Claudia Wasserman.....177

*Los desafíos de enseñar historia en Argentina en el contexto de la integración regional* – Graciela E. Viard.....181

## **D – OS MATERIAIS DE ENSINO EM QUESTÃO**

*O processo de Avaliação de Livros Didáticos - História* – Holien Gonçalves Bezerra.....195

*O Livro Didático de História: lugar de memória e formador de identidades* – Thais Nívia de Lima e Fonseca.....203

*Um Itinerário de Desigualdades: livros didáticos de história e massificação do ensino na escola brasileira (1960-1990)* – Décio Gatti Júnior.....213

## **E – CURRÍCULOS EM FRONTEIRAS**

*Diretrizes Curriculares, currículos e formação dos profissionais de história* – Marlene Cainelli.....225

*Permanências e mudanças nas propostas curriculares para o ensino de História* – Teresa Jussara Luporini.....235

*Os currículos e as novas fronteiras da História* – Lana Mara de Castro Siman.....245

## **II - FRONTEIRAS DO PODER**

Conferência:

*Tradição e transformações históricas nas fronteiras coloniais: jesuítas, Guaranis e Sexualidade* – Arno Alvarez Kern.....261

## **A – ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

*O público e o privado no Brasil Imperial* – Maria de Lourdes Viana Lyra.....283

*Industrialização e mudanças na esfera pública* – Edgar S. de Decca.....295

*O Labirinto da Fortuna: ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes* – Júnia Ferreira Furtado.....309

*Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas* – Adriana Romeiro.....321

## **B – FRONTEIRAS DA NAÇÃO**

*Escrevendo a nação, suas festas e suas regiões: Colômbia, século XIX* – Jaime de Almeida.....341

*O nacionalismo em Riva Agüero: a idéia de “peruanidad”* – Lúcio Flávio Vasconcelos.....357

*Em busca de uma nova fronteira: o português do Brasil* – Tania Regina de Luca.....367

*A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores* – Kátia Maria Abud.....379

*Os formadores da Nação e as “populações marginais”* – Raquel Glezer.....389

## **C – PROJETOS DE NAÇÃO**

*O olhar de Oliveira Lima sobre a América Latina* – Kátia Gerab Baggio.....**401**

*A sedução americana – Oliveira Lima e o pan-americanismo* – Teresa Malatian.....**413**

*Nação e Estado nas concepções políticas da Independência: a visão de Oliveira Lima* – Marisa Saens Leme.....**425**

*O Olhar Imperial sobre a América* – Maria Helena P. T. Machado.....**437**

## **D – PODER LOCAL E PODER CENTRAL**

*O Poder Oligárquico e a Imprevisibilidade da Urnas* – Maria de Lourdes Monaco Janotti.....**455**

*As Fronteiras da Negociação: as Câmaras Municipais na América Portuguesa e o Poder Central* – Maria Fernanda Baptista Bicalho.....**467**

*A “República dos Afogados”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador* – Marcus J. M. de Carvalho.....**485**

*Cultura Política no Império Luso-Brasileiro: a noção de direito natural* – Iara Lis Carvalho Souza.....**501**

*Ação Política e Propaganda dentro das Fronteiras do Império Romano* – Ana Teresa Marques Gonçalves.....**517**

## **E – INTELCTUAIS E AUTORITARISMO**

*Intelectuais e Autoritarismo no Brasil e na Argentina (1914-1945)* – José Luís Bendicho Beired.....**531**

*Imprensa e sociedade: experiências com a Justiça Militar (1964-1979)* – Maria Aparecida de Aquino.....**545**

*Dos anos 60 aos 90: artistas e intelectuais em busca da brasilidade* – Marcelo Ridenti.....**555**

*Fronteiras do Marxismo: lutas sociais* – Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.....**563**

## **III - FRONTEIRAS EM CONFLITO**

Conferência:

*A Política após a Globalização* – José Eduardo Faria.....**585**

## **A – TERRITORIALIDADES EM DISPUTA: OCUPAÇÕES E CONFLITOS**

*Violência e Barbárie na Era da Globalização* – Zilda Márcia Gricoli Iokoi.....**591**

*Da luta pela terra à luta pela reforma agrária em Goiás* – Élio Garcia Duarte.....**609**

*Na Esteira das Fronteiras. Valores e Conflitos nos Processos de Organização Interna dos Assentamentos Rurais* – Davi Félix Schreiner.....623

## Volume II

*A Luta pela Reforma Agrária: recriação política de fronteiras econômicas* – Delma Pessanha Neves.....637

*Fronteiras em Disputa: conflito e delimitação territorial na segunda metade do século XIX* – Márcia Maria Mendes Motta.....647

### **B – AS FROTEIRAS DAS MINAS GERAIS**

*Minas: específicas em sua formação e gerais na configuração de suas fronteiras sociais e espaciais* – Diva do Couto Gontijo Muniz.....659

*Os “mina” em Minas: as “Áfricas” no Brasil e a pesquisa em história social da escravidão* – Hebe Maria Mattos.....675

*Os minas em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade* – Silvia Hunold Lara.....681

*Os “mina” em Minas: tráfico Atlântico, redes de comércio e etnicidade* – Mariza de Carvalho Soares.....689

### **C – FROTEIRAS NA AMÉRICA LATINA**

*Fronteiras Étnicas na América Latina: fronteiras móveis* – Eulália Maria Lahmeyer Lobo.....699

*Etnicidade e Ocidentalismo na Serra e Costa Peruanas* – Philomena Gebran.....711

*Etnicidade, civilização e barbárie na América Platina* – Heloisa Jochims Reichel.....719

*Estâncias Brasileiras na Fronteira Uruguaia no começo do Século XX* – Susana Bleil de Souza.....729

### **D – NEGROS E NEGRITUDE**

*Fronteiras Sociais: negros e brancos na Angola de Pepetela (1961-1975)* – Silvio de Almeida Carvalho Filho.....739

*Nas Fronteiras da Negritude e da Nacionalidade: Luiz Gama e W.E.B. Du Bois* – Heloisa Toller Gomes.....753

*As Áfricas Cariocas e suas Fronteiras Culturais* – Marilene Rosa Nogueira da Silva.....767

## IV - REPRESENTAÇÕES CULTURAIS EM FRONTEIRAS

Conferência:

*Fronteras celibatárias: nação, corpo e etnia* – Maria Bernardete Ramos Flores.....**783**

### A – FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: A LITERATURA

*Relações entre História e Literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades* – Ligia Chiappini.....**805**

*Fronteras da Ficção: diálogos da História com a Literatura* – Sandra Jatahy Pesavento.....**819**

*O lugar da tragédia e da comédia na construção do “erudito” e do “popular” na tradição literária* – Rosangela Patriota.....**833**

*Ficção e História: o espelho transparente de Machado de Assis* – Luiz Roncari.....**845**

*Arthur Azevedo: as fronteiras flutuantes* – Alberto Tibaji.....**861**

*Desafiando heróis e mitos nacionais: homossexualidades nas margens da história brasileira* – James N. Green.....**871**

*Flashes do cotidiano: modernidade postíca e provincianismo na urbes da “Belle Époque”, São Paulo nos anos 20* – Maria Inez Machado Borges Pinto.....**883**

### B – FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: AS ARTES

*História e arte, história das artes ou, simplesmente, história?* – Marcos Napolitano.....**901**

*Historiografia do cinema brasileiro diante das fronteiras entre o trágico e o cômico: discutindo a “chanchada”* – Alcides Freire Ramos.....**911**

*As paixões de Cristo* – Cláudio Aguiar Almeida.....**923**

*Por uma genealogia da noite na cultura ocidental* – Luiz Carlos Soares.....**935**

*Populares nas noites do Rio – Candomblé e seus vários significados da virada do século a 1940* – Rachel Soihet.....**949**

*Nas fronteiras da história: a cidade iluminada* – Maria Izilda S. Matos.....**959**

*Memória Iconográfica e mecenato durante a época áurea da borracha na Amazônia: o projeto artístico-civilizador de Antonio Lemos* – Maria de Nazaré Sarges.....**971**

### C – FRONTEIRAS SIMBÓLICAS

*Uma aparição tardia: a presença de “Marianne” no Pará* – Geraldo Mártires Coelho.....**983**

*Amuletos, práticas culturais e comércio internacional* – Eduardo França Paiva.....**995**

*As drogas no Brasil colonial: o saber indígena e os naturalistas europeus* – Henrique Carneiro.....**1007**

*Fronteiras Materiais e imaginárias no mapa-mundi de Henrique de Mogúncia – Maria Eurydice de Barros Ribeiro.....1017*

*Espaços e Fronteiras entre o cristianismo e o paganismo no reino visigodo católico – Ruy de Oliveira Andrade Filho.....1025*

*Os Republicanos Revisitam o Regente: a História da construção de um monumento ao Regente Feijó na São Paulo de 1913 – Magda Ricci.....1043*

#### **D – MEMÓRIA, ORALIDADE, IDENTIDADE**

*Memória e História: substratos da identidade – Lucília de Almeida Neves.....1061*

*Para uma Sociologia Histórica dos Testemunhos: considerações preliminares – Eliana Regina de Freitas Dutra.....1071*

*A pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias – Angela de Castro Gomes.....1079*

*Alegorias da nação centenária – Noé Freire Sandes.....1097*

*Cartografia da Imagem: fotografia e imigração libanesa no Rio de Janeiro (1900-1950) – Ana Maria Mauad.....1109*

*Memória Social de Brasília: modernidade e relações rurais e urbanas – Nancy Alessio Magalhães.....1127*

*Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães – Jorge Luiz da Cunha.....1141*

*Etnicidade e Política – Marcos Justo Tramontini.....1159*

#### **E – FRONTEIRAS DE GÊNERO**

*Espaços e Fronteiras da Atuação Social Feminina nos Reinos Ibéricos (1250-1350) – Dulce Oliveira Amarante dos Santos.....1171*

*“Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales?”: Amor, Sexo e Anarquia na Revolução Espanhola – Margareth Rago.....1179*

*Fronteiras do Gênero: maternidade e subjetividade – Joana Maria Pedro.....1191*

*Mulheres nas fronteiras do Juruá: índias e seringueiras (1890-1945) – Cristina Scheibe Wolff.....1205*

*Lesbianismo: identidade ou opção eventual? – Tânia Navarro Swain.....1223*

*No Ceará tem disso não?: homossexualidade e nordestinidade ou a história dos homens tristes – Durval Muniz de Albuquerque Júnior.....1241*

*Mulheres nos Seringais Acreanos: a construção de muitas fronteiras – Carlos Alberto Alves de Souza.....1261*